

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 19/2024**

**PROCESSO Nº 36/2024**

**OBJETO**

**REFILADORA DE PAPEL PROFISSIONAL EM AÇO 1500 MM**

**VALOR TOTAL ESTIMADO**

**R\$ 3.909,36**

<b>DADOS GERAIS DA DISPUTA</b>
<p><b>DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA</b> Dia 17/12/2024 às <b>8h 30min</b> (horário de Brasília/DF)</p> <p><b>PORTAL DE REALIZAÇÃO:</b> <a href="http://www.pregaobanrisul.com.br/">http://www.pregaobanrisul.com.br/</a></p>
<p><b>HORÁRIO DA FASE DE LANCES</b> Das <b>8h 30min</b> até às <b>14h e 30min</b>.</p>
<p><b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b> MENOR PREÇO - LOTE ÚNICO</p>
<p><b>PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS</b> SIM</p>
<p><b>INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA – IPLAN-SM</b> Rua André Marques, 820, 10º andar – Centro – Santa Maria/RS CNPJ: 08.537.127/0001-56</p>

## DISPENSA ELETRÔNICA Nº 19/2024

### PROCESSO Nº 36/2024

Torna-se público que o Instituto de Planejamento de Santa Maria-RS, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO – LOTE ÚNICO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Executivo nº 124, de 1º de dezembro de 2023 e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão: 17/12/2024**

**Horário da Fase de Lances: 08h30min às 14h30min**

Link: <http://www.pregaobanrisul.com.br/>

**Critério de Julgamento:** Menor Preço – Lote Único

#### 1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

**1.1.** O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de **REFILADORA DE PAPEL PROFISSIONAL EM AÇO 1500 MM** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**1.3.** O local, a forma, as condições, o prazo de entrega, as quantidades e as condições de pagamento estão indicados no **Termo de Referência – Anexo I** deste Aviso.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta, quanto às especificações do objeto.

#### 2 - VALOR DE REFERÊNCIA

**2.1.** O valor estimado total para esta contratação é de **R\$ 3.909,36** (três mil novecentos e nove Reais e trinta e seis centavos)

#### 3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

**3.1.** Poderão participar da presente disputa para contratação por dispensa de licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal do Fornecedor RS – *portaldofornecedor.rs.gov.br* e atenderem a todas as exigências constantes deste Termo.

**3.2.** A licitante não credenciada poderá efetuar o pedido de credenciamento no Portal do Fornecedor RS, mediante o preenchimento de formulário eletrônico disponível no site *portaldofornecedor.rs.gov.br*.

**3.3.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para o acesso ao Sistema Eletrônico *pregaonlinebanrisul.com.br*.

**3.4.** A participação dos interessados, no dia e hora fixados no preâmbulo deste termo, dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço, exclusivamente por meio eletrônico.

**3.5.** O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva de seu titular, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Instituto de Planejamento de Santa Maria, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que decorrentes de atos de terceiros.

**3.6.** Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

**3.6.1.** que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

**3.6.2.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**3.6.3.** que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**3.6.3.1.** O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

**3.6.4.** organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

**3.6.5.** sociedades cooperativas.

**3.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **4 - INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**4.1.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

**4.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**4.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.

**4.4.** No(s) valor(es) proposto(s) deve(m) estar incluído(s) todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.1.** A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas.

- 4.5.** O(s) preço(s) ofertado(s), tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será(ão) de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7.** Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 4.8.** A apresentação da(s) proposta(s) implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela(s) contida(s), em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.11.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.12.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 4.13.** que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindoas como firmes e verdadeiras;
- 4.14.** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 4.15.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.16.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.17.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 4.17.1.** Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- 4.17.1.1.** Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
- 4.17.2.** O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 4.17.3.** O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

## **5 - FASE DE LANCES**

**5.1.** A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

**5.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.2.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**5.3.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.3.1.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

**5.3.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 1,00 (um Real).

**5.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**5.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

**5.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**5.7.1.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **6 - JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1.** Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

**6.1.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

**6.1.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

**6.2.** Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

**6.3.** Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

**6.4.** Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.6 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.4.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.4.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.6.** Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.6.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.2.2.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.2.3.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.7.** Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

**6.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.8.1.** contiver vícios insanáveis;

**6.8.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**6.8.3.** apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.8.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.8.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**6.9.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**6.9.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e

instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.9.2.** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**6.10.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

**6.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha, passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.13.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.14.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.15.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **7 – HABILITAÇÃO**

**7.1** Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, compreendendo os tributos e encargos sociais administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e a Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual da sua sede;
- f) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da sua sede;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- h) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do art. 642-A da CLT.

**7.2.** A verificação dos documentos de que trata o item 7.1 será através do envio de documentos no <http://www.pregaobanrisul.com.br/>

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, o Agente de Contratação solicitará ao vencedor, no prazo de até 02 (duas) horas, o envio desses por meio do sistema.

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **8 – CONTRATAÇÃO**

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, prorrogáveis nos termos do art. 90, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, para assinar o contrato ou o aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.2.2. O contrato, quando for o caso, será enviado à adjudicatária por e-mail, para assinatura.

8.3. O prazo de vigência da contratação e os prazos de execução, conclusão, entrega, observação e/ou recebimento definitivo, quando aplicáveis, serão aqueles estabelecidos no Termo de Referência.

8.4. Quando da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Termo, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de vigência da contratação.

8.5. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Termo.

**8.6.** Assinado o contrato ou aceito o instrumento equivalente, a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**8.7.** Assinado o contrato ou aceito o instrumento equivalente, a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

## **9 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 ficará sujeito as sanções previstas no art. 156, d

- a)** Advertência quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** A contratada ficará sujeita ao pagamento de multa, não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei 143133/21;
- c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput, do art 155;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos previstos nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art 155 da Lei 13.144/2021;

**9.3.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**9.4.** Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**9.5.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157)

**9.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**9.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**9.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

**9.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos

mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**9.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**9.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

**9.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá (conforme Art. 22 da IN 67//2021):

- a) republicar o presente aviso com uma nova data;
- b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
  - b.1) No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- c) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

**10.2.** As providências dos subitens “a” e “b” do item 12.1, também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

**10.3.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**10.4.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**10.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**10.6.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

**10.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**10.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

**10.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**10.11.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

**10.12.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III – Proposta de Preços

Santa Maria-RS, 22 de novembro de 2024.

Julio Ubiratan Teixeira Porto  
Agente de Contratação

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Aquisição de **REFILADORA DE PAPEL PROFISSIONAL EM AÇO 1500 MM**, para atender as necessidades do Instituto de Planejamento de Santa Maria, nos termos e condições estabelecidos no **Item 01 – Refiladora**, do Edital.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA DE LOTE ÚNICO

A opção de aquisição em **LOTE ÚNICO**, consiste em se tratar da aquisição de uma unidade de um bem. A adoção de compra em **LOTE ÚNICO**, está prevista no Art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a saber:

*Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*

*§ 3º O parcelamento não será adotado quando:*

*I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;*

*II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;*

#### 3. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO – MENOR PREÇO

A Lei Federal nº 14.133/21 garante a possibilidade de utilizar o **MENOR PREÇO** como critério de seleção da proposta mais vantajosa, nos seguintes termos:

*“Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.*

*§ 1º Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.*

*(...)”*

#### 4. DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS

1. A aquisição de material permanente deve estar de acordo com as especificações técnicas abaixo e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	01	AQUISIÇÃO DE REFILADORA PROFISSIONAL 1500 MM - CONFORME DESCRIÇÃO.	un	1 (UM)

2. A refiladora profissional deverá possibilitar o corte de cartolinas, lonas, plantas de engenharia, papelão, papel ondulado, fotolitos, poliéster, laminações, adesivos, vinis, manta magnética;
3. Comprimento de corte: 1500 mm;
4. Tamanho da base (aproximadamente): 395 x 1810 mm;
5. Altura do corte: 0,7 mm;
6. Possuir régua com escala milimétrica;
7. Deverá possuir lâmina reserva;
8. Material da refiladora deverá ser em aço tratado e com pintura epóxi eletrostática;
9. Deverá possuir manual de uso e armazenamento.

## 5. PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA E OU EXECUÇÃO

1. A **entrega** da refiladora deverá ser feita na Sede do IPLAN-SM, **no seguinte endereço**: Rua André Marques, 820, **10º andar**, Centro, Santa Maria - RS. Horário 7h30min às 16h30min, sem custos para o Instituto;
2. O prazo para entrega do equipamento é de até **30 (trinta) dias corridos** da assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente (Empenho).
3. A entrega e o recebimento de material em local diverso do especificado acima são proibidos;
4. As despesas decorrentes do fornecimento de mão de obra, frete, seguro e demais encargos e tributos competem, exclusivamente, à empresa vencedora.
5. A refiladora deverá ser entregue sem qualquer ônus para o Instituto.
6. A refiladora deverá ser entregues com as embalagens em perfeito estado. Sendo constatada qualquer irregularidade, a empresa vencedora deverá entregar nova remessa dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável do recebimento e imediatamente comunicado ao Instituto de Planejamento de Santa Maria para ser adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(eis).
7. A não substituição do material em desacordo e dentro do prazo estipulado, será considerado como não entregue, estando a empresa sujeita às penalidades previstas em Lei
8. Prazo de **GARANTIA: NO MÍNIMO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.**

## 6. DO RECEBIMENTO E INSTALAÇÕES DOS PRODUTOS

1. O Instituto designará os(as) servidores(as) responsável(is) pelo recebimento do bem.
2. Somente será considerado, para efeito de pagamento, o produto efetivamente entregue, em perfeito funcionamento e **rigorosamente conforme** o Termo de Referência.

## 7. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

1. O prazo para pagamento será de até 15 (quinze) dias consecutivos da entrega do equipamento, acompanhado da Nota Fiscal. A referida Nota Fiscal deverá estar devidamente visada pelos(as) servidores(as) designados para recebimento do equipamento, que atestará(ão) que o equipamento atende todas as especificações contidas no Termo de Referência.
2. Deverá constar na Nota Fiscal, obrigatoriamente, o número do Empenho.
3. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal com o CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e conseqüentemente lançado na nota de Empenho.
4. O pagamento será creditado em conta-corrente da empresa, por Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
5. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.
6. O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que tenham sido imposto a empresa, em decorrência de inadimplência contratual.
7. Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal, ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.
8. O Instituto reserva-se o direito de suspender o pagamento se o produto for entregue em desacordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos.
9. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, ao valor devido serão acrescentados juros calculados *pro rata die*, de acordo com a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

#### 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Receber, avaliar e atestar o recebimento do objeto, através da nota fiscal e conforme o empenho;
2. Efetuar o pagamento conforme condições estabelecidas no **ITEM 7**.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Entregar o objeto desta licitação de acordo com as especificações contidas neste Edital e Termo de Referência, no Prazo, Local e Condições estabelecidas no **ITEM 5**, sem quaisquer despesas (seguro, frete e demais encargos) para o Instituto.

#### 10. DAS SANÇÕES

As sanções pelo descumprimento do contrato são as previstas na legislação vigente, especialmente as definidas na Lei Federal 14.133/21.

Santa Maria, 21 de outubro de 2024.

**Fábio Nunes Prado Lima**  
Matr.16.276-0  
Diretor

**Mainara Santiago Callegaro**  
Matr.18.711-9  
Chefe de Equipe

## ANEXO II

### Estudo Técnico Preliminar

#### 11. Informações Básicas

Número do processo:

#### 12. Descrição da necessidade

Aquisição de refiladora de papel profissional de 150 (cento e cinquenta) centímetros para atender as necessidades do Instituto de Planejamento de Santa Maria.

Atualmente, o instituto apresenta um desafio significativo em relação ao corte de plotagens, pois não apresenta nenhum instrumento profissional de corte, utilizando estilete como ferramenta. Em grandes demandas de serviço, o corte com estilete prejudica o andamento dos serviços, pois demanda de muito tempo e atenção e, também, possui a maior probabilidade de erro e acabamento indesejado.

A aquisição da refiladora profissional possuirá agilidade no serviço, pois possui capacidade de cortar grandes pilhas de papel, garantirá um corte de forma precisa, milimétrico e eficiente. Além disso, a refiladora trará maior segurança ao usuário, por se tratar de um equipamento com a finalidade exclusiva da demanda.

#### 13. Área requisitante

##### Área Requisitante

Instituto de Planejamento de Santa Maria – IPLAN

##### Responsável

Fábio Nunes Prado Lima

#### 14. Descrição dos Requisitos da Contratação

A refiladora a serem adquirida tem como base os parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

1. Refilar cartolinas, lonas, plantas de engenharia, papelão, papel ondulado, fotolitos, poliéster, laminações, adesivos, vinis, manta magnética;
2. Refiladora de duplo eixo em aço tratado (para evitar a oxidação) e com pintura epóxi eletrostática;
3. Comprimento de corte de 150 cm;
4. O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete;
5. Respeitar os prazos previstos no Termo de Referência;
6. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Contratante;
7. Solicitar em tempo hábil todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações.

#### 15. Levantamento de Mercado

A pesquisa foi realizada conforme os parâmetros estabelecidos na IN 73/2020, art. 5 – I, II e IV. Os preços coletados enquadram dentro do procedimento previsto no art. 6º, § 3º da IN 73/2020-ME.

O levantamento de mercado foi dividido em duas partes, primeiramente realizaram-se orçamentos com empresas fornecedoras da solução e posteriormente, por meio de consulta em sites, como: Painel de Preço e Licitação, consultaram-se os preços de licitações adjudicadas/ou homologadas realizadas pela administração pública.

#### 16. Descrição da solução como um todo

1. Consiste na contratação de empresa fornecedora de refiladora de papel profissional tamanho 150 cm com as características abaixo:
  - Refiladora de duplo eixo em aço tratado (para evitar a oxidação) e com pintura epóxi eletrostática. Com eixo para deslizamento da peça rotativa em aço inox, buchas deslizantes em nylon e facas em aço temperado;
  - Refila cartolinas, lonas, plantas de engenharia, papelão, papel ondulado, fotolitos, poliéster, laminações, adesivos, vinis, manta magnética;

TABELA DE REFERÊNCIAS				Pesquisa de Valores								
Item	Quantidade	Unidade	Serviços	FORNECEDORES			BANCO DE PREÇOS e LICITAÇÃO		Média de Valores (R\$)	Valor Total (R\$)	Desvio Padrão	Coef. de Variação %
				Celambria	Click	Planificação	PM São Miguel do Iguaçu	PM Novo Hamburgo				
1	1	Unidade	Refiladora de papel em Aço 150 cm	R\$ 3.925,52	R\$ 3.999,99	R\$ 5.209,40	R\$ 3.177,00	R\$ 4.524,91	R\$ 4.200,36	R\$ 4.299,36	825,27	19,61%

  

DADOS DA PESQUISA				
Item	CNPJ	Força Personada	Endereço	Telefone
1	20.904.505/0001-47	Leandro Gaudencio Resina ME - Click Suprimentos	Rua Mostardice, Nº 41, Casa 26	(11) 3427-9828
2	07.857.407/0001-89	Celambria Distribuidora	Rua Socorro Bento da Silveira, 225 - Planópolis - SC	(48) 333-8178
3	39.328.717/0001-83	Planificação & Cia	Rua General Sócrates, 418 - São Paulo, SP	(11) 96905-3000

  

ATAS - BANCO DE PREÇOS LICITAÇÃO DISPENSA - PAINEL DE PREÇOS				
Modalidade	Órgão	Data do Processo	Foi utilizado (s)	Corresponde ao Lote / Item
( ) Pregão Eletrônico	Dispensa de Licitação 100/2023	18/10/23		01 / 01
( ) Registro de Preços	Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu -			
(x) Dispensa de Licitação	USO 98788			
Modalidade	Órgão	Data do Processo	Foi utilizado (s)	Corresponde ao Lote / Item
(x) Pregão Eletrônico	Pregão Eletrônico 63/2024	24/05/24		07 / 01
( ) Registro de Preços	Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo			
( ) Dispensa de Licitação				
Modalidade	Órgão	Data do Processo	Foi utilizado (s)	Corresponde ao Lote / Item
( ) Pregão Eletrônico				
( ) Registro de Preços				
( ) Dispensa de Licitação				

  

**OBSERVAÇÕES**

- A pesquisa foi realizada em conformidade com os parâmetros estabelecidos na IN 73/2020, art. 5º II IV. Os preços coletados enquadram dentro do procedimento previsto no art. 6º, § 2º da IN nº 73-2020/ME.

- Foi desconsiderado para cálculo da média final o valor da fornecedora Planificação por apresentar uma grande diferença dos demais fornecedores e licitações.

Santa Maria, 23 de setembro de 2024

- Comprimento de corte: 1500 mm;
  - Tamanho da base (aproximadamente): 395 x 1810 mm;
  - Altura do corte: 0,7 mm;
  - Possuir régua com escala milimétrica;
  - Incluir lâmina reserva;
2. A refiladora trata-se de um bem de uso permanente;
  3. O prazo de garantia de assistência técnica deverá ser de no mínimo de 180 (cento e oitenta) dias;
  4. Fornecimento de manual de instrução em português;
  5. Para honrar a qualidade da contratação, o fornecedor deverá prezar pela qualidade do acondicionamento e transporte do material (embalagem e armazenamento), evitando danos ao produto até a entrega final do serviço.

## 17. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Atualmente o IPLAN-SM não possui nenhum refilador profissional de papel. Considerando as demandas do Instituto, segue abaixo o quantitativo:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	01	Refiladora de papel profissional em aço 150 cm – Conforme Termo de Referência.	Unidade	1 (um)

## 18. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$): 3.909,36**

O valor estimado da contratação de fornecimento da refiladora para o Instituto de Planejamento de Santa Maria.

## 19. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução não se aplica, uma vez que se trata fornecimento específico de uma unidade de refiladora.

## 20. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratação correlata.

## 21. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação tornou-se necessária devido à demanda de serviços do Instituto de Planejamento de Santa Maria. Com a demanda, analisou-se as soluções existentes, definiu-se a melhor solução e se planejou a aquisição.

## 22. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição do objeto é uma medida necessária e justificada para garantir a eficiência e eficácia das atividades realizadas pelo IPLAN. O ambiente de trabalho ficará mais seguro, pois a refiladora possui um sistema de segurança para proteger os operários contra acidentes durante o uso, também será reduzido o desperdício, visto que ao cortar o papel com precisão, a refiladora ajuda a reduzir o desperdício de material, o que é econômico e ambientalmente amigável.

## 23. Providências a serem Adotadas

1. Organização e determinação do local de disposição da solução.
2. O Instituto de Planejamento de Santa Maria entrará em contato com a empresa vencedora, para que a mesma possa iniciar a execução do objeto que seguirá a seguinte dinâmica:
  - Agendar com o IPLAN a entrega;
  - A entrega deverá ser feita na Sede do IPLAN-SM, no seguinte endereço: Rua André Marques, 820, 10º andar, Centro, Santa Maria - RS. Horário 7h30min às 16h30min, sem custos para o Instituto;
  - O prazo máximo para recebimento do bem é de 30 (trinta) dias corridos, podendo ser prorrogado mediante a justificativa e aceitação do fiscal;
3. Acompanhamento da instalação;
4. Capacitação dos servidores para correto manuseio do equipamento;

## 24. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes desta contratação.

## 25. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução, refiladora de papel profissional, para o atendimento das necessidades do IPLAN-SM mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

## 26. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Santa Maria, 21 de outubro de 2024.

Fábio Nunes Prado Lima  
Diretor  
Matr. 16.276-0

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Empresa:
Endereço:
CNPJ:
Fone/e-mail:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA.	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1	<b>REFILADORA DE PAPEL PROFISSIONAL EM AÇO 150 CM – CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.</b>		UNID	01		

- a) Declaramos que concordamos integralmente com as condições estipuladas na presente proposta e, que se vencedor deste certame, nos submetemos ao cumprimento de seus termos.
- b) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento das propostas, conforme estipulado no Aviso de Dispensa.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura (Representante Legal)

CPF:

CI: